CONSELHO ESTADUAL DE EDUCAÇÃO
PRAÇA DA REPÚBLICA, 53 - FONE 255-20-44 - CEP 01045-903
FAX Nº 231-1518

PROCESSO CEE Nº: 1109/92 - Proc. 14ª DE - Protocolo 11530/93
INTERESSADA : TATIANA POLJOKAN
ASSUNTO : Equivalência de Estudos
RELATOR : Cons. João Gualberto de Carvalho Meneses
PARECER CEE Nº 76/93 - CEPG - APROVADO EM: 03/03/93
COMUNICADO AO PLENO EM: 10/03/93

1 - RELATÓRIO

1.1. A Senhora Leny Malogolowkin Poljokan dirigiu - se ao Senhor Presidente do Conselho Estadual de Educação solicitando fosse concedida à sua filha, Tatiana Poljokan, a equivalência dos estudos até então realizados na Associação Escola Graduada de São Paulo aos de conclusão da 8ª série do 1º grau.

1.2. A interessada terminou, em novembro de 1992, o 1º semestre da 8ª série do 1º grau, na Escola Graduada e pleiteia equivalência ao nível de conclusão do 1º grau.

1.3. A Associação Escola Graduada de São Paulo foi estruturada em molde de ensino estrangeiro e por disposição dos Pareceres CEE nºs 1627/81 e 2053/81, passou a integrar o sistema de ensino brasileiro, mantendo porém os dois tipos de ensino e o mesmo calendário letivo, com aulas que se iniciam em agosto e terminam em junho do ano seguinte. A documentação da aluna, fornecida pela Escola Graduada, apresenta o carimbo "Curso livre" para indicar que não se trata de curso reconhecido pelo sistema brasileiro.

1.4. O Parecer CEE 1176/85 normatizou no sentido de não mais permitir que alunos, em razão de transferência entre escolas do sistema estadual de ensino que adotam calendários diversos, viessem a cursar uma determinada série em apenas um semestre letivo. Neste caso específico, a aluna quer se matricular no início do ano civil, sem concluir uma série escolar. Hipótese semelhante foi analisada no Parecer CEE 2058/85 que negou o pedido do interessado, nos seguintes termos: "O assunto Já foi tratado normativamente.... as escolas que adotam calendário de agosto a junho não podem, no caso de transferência, matricular alunos no 2º semestre, sem que tenham cursado o 1º. O mesmo raciocínio há de ser utilizado, quando a transferência vier a ocorrer no sentido inverso..... Nesta hipótese a escola recipiendária não poderá matricular alunos em determinada série, sem que estes tenham concluído a série imediatamente anterior"

1.5. Por este entendimento, a interessada só poderia transferir-se para escola de calendário usual, arcando com o ônus de reiniciar a série que já vinha cursando. Alerta-se que seu caso é de término de um grau para a matrícula no outro; ela deve ter em mãos o certificado de conclusão do curso de 1º grau para poder ingressar no 2º grau, exigência esta constante no parágrafo único do artigo 21 da Lei Federal 5692/71.

2 - CONCLUSÃO

Indefere-se o pedido de equivalência de estudos realizados pela aluna Tatiana Poljokan, aos de 8ª série do 1º grau.

São Paulo, 24 de fevereiro de 1993.

**a) Cons. João Gualberto de Carvalho Meneses
Relator**

3 - DECISÃO DA CÂMARA

A CÂMARA DO ENSINO DO PRIMEIRO GRAU adota, como seu Parecer, o Voto do Relator.

Presentes os Conselheiros: Afonso Celso Fraga Sampaio Amaral, Aparecido Leme Colacino, João Cardoso Palma Filho, João Gualberto de Carvalho Meneses, Jorge Nagle e deusa Pires de Andrade.

Sala da Câmara do Ensino do Primeiro Grau, em 03 de março de 1993.

**a) Cons. João Cardoso Palma Filho
Presidente da CEPG**